

EDITAL VERTICALIZADO

**STJ**

**ANALISTA JUDICIÁRIO**

## SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA .....	3
NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS.....	4
NORMATIVOS INTERNOS DO STJ .....	6
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO .....	7
NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE.....	8
DIREITO ADMINISTRATIVO.....	9
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	12
DIREITO CIVIL.....	14
DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	16
DIREITO PENAL.....	18
DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	20
DIREITO PREVIDENCIÁRIO.....	22
DIREITO TRIBUTÁRIO.....	23

LÍNGUA PORTUGUESA	
CONTEÚDO	CONTROLE DE METAS
1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	
3 Domínio da ortografia oficial.	
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.	
5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Emprego dos sinais de pontuação. 5.3 Concordância verbal e nominal. 5.4 Regência verbal e nominal. 5.5 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.6 Colocação pronominal.	
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	
7 As estruturas linguísticas no processo de construção de mensagens adequadas. 7.1 A pragmática na linguagem: o significado contextual. 7.2 Os diversos níveis de linguagem. 7.3 As funções da linguagem. 7.4 Intertextualidade.	
8 Aspectos gerais da redação oficial. 8.1 Finalidade dos expedientes oficiais. 8.2 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 8.3 Adequação do formato do texto ao gênero. 8.4 Pronomes de tratamento.	

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	
CONTEÚDO	CONTROLE DE METAS
1 Teoria geral dos direitos humanos. 1.1 Conceitos, terminologia, estrutura normativa, fundamentação.	
2 Afirmação histórica dos direitos humanos.	
3 Direitos humanos e responsabilidade do Estado.	
4 Direitos humanos na Constituição Federal.	
5 Política Nacional de Direitos Humanos.	
6 A constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos.	
7 Pacto de São José da Costa Rica e Decreto n.º 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos).	
8 Noções gerais de gênero e equidade.	
9 Estatuto de igualdade racial (Lei n.º 12.288/2010).	
10 Lei n.º 13.146/2015 e suas alterações (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência).	
11 Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei n.º 10.098/2000 e Decreto n.º 5.296/2004).	
12 Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (Lei n.º 10.048/2000 e Decreto n.º 5.296/2004).	
13 Símbolo de identificação de pessoas com deficiência auditiva (Lei n.º 8.160/1991).	
14 Normas de apoio às pessoas com deficiência e sua integração social (Lei n.º 7.853/1989 e Decreto n.º 3.298/1999 e respectivas alterações).	
15 Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo,	

assinado em Nova York, em 30 de março de 2007 (Decreto n.º 6.949/2009).	
16 Política de Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei n.º 12.764/2012 e alterações).	
17 Resolução CNJ n.º 401/2021 e alterações (Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão)	

### NORMATIVOS INTERNOS DO STJ

CONTEÚDO	CONTROLE DE METAS
1 Código de conduta do STJ - Resolução STJ/GP n.º 38, de 6 de dezembro de 2023.	
2 Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça e alterações (artigos 1º ao 327) <sup>1</sup>	

<sup>1</sup> <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/Regimento/issue/view/1/showToc>

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	
CONTEÚDO	CONTROLE DE METAS
1 Ética e moral.	
2 Ética, princípios e valores.	
3 Ética e democracia. 3.1 Exercício da cidadania.	
4 Ética e função pública.	
5 Ética no setor público. 5.1 Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações. 5.1.1 Disposições gerais. 5.1.2 Atos de improbidade administrativa.	

## NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

CONTEÚDO	CONTROLE DE METAS
1 Política de Sustentabilidade no Superior Tribunal de Justiça (Portaria STJ/GDG n.º 4/2024) e do Poder Judiciário (Resolução CNJ n.º 400/2021).	
2 Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981).	
3 Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei n.º 12.187/2009).	
4 Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010).	
5 Meio ambiente (Arts. 170 e 225 da Constituição Federal).	
6 Resolução CNJ n.º 347/2020.	
7 Resolução CNJ n.º 497/2023.	
8 Agenda 2030 da ONU)	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
DIREITO ADMINISTRATIVO	
CONTEÚDO	CONTROLE DE METAS
<p>1 Introdução ao direito administrativo. 1.1 Origem, natureza jurídica e objeto do direito administrativo. 1.2 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. 1.3 Fontes do direito administrativo.</p>	
<p>2 Regime jurídico-administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela administração, dos interesses públicos. 2.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública.</p>	
<p>3 Organização administrativa. 3.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 3.2 Administração direta. 3.2.1 Conceito. 3.2.2 Órgão público. 3.2.2.1 Conceito. 3.2.2.2 Teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos. 3.2.2.3 Características e classificação. 3.3 Administração indireta. 3.3.1 Conceito. 3.3.2 Autarquias. 3.3.3 Agências reguladoras. 3.3.4 Agências executivas. 3.3.5 Fundações públicas. 3.3.6 Empresas públicas. 3.3.7 Sociedades de economia mista. 3.3.8 Consórcios públicos. 3.4 Entidades paraestatais e terceiro setor. 3.4.1 Serviços sociais autônomos. 3.4.2 Entidades de apoio. 3.4.3 Organizações sociais. 3.4.4 Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPI).</p>	
<p>4 Atos administrativos. 4.1 Conceito. 4.2 Fatos da administração, atos da administração e atos administrativos. 4.3 Requisitos ou elementos. 4.4 Atributos. 4.5 Classificação. 4.6 Atos administrativos em espécie. 4.7 Extinção dos atos administrativos. 4.7.1 Revogação, anulação e cassação. 4.8 Convalidação. 4.9 Vinculação e discricionariedade. 4.10 Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes. 4.11 Decadência administrativa.</p>	

<p>5 Processo administrativo. 5.1 Lei n.º 9.784/1999. 5.2 Disposições doutrinárias aplicáveis.</p>	
<p>6 Poderes e deveres da administração pública. 6.1 Poder regulamentar. 6.2 Poder hierárquico. 6.3 Poder disciplinar. 6.4 Poder de polícia. 6.5 Dever de agir. 6.6 Dever de eficiência. 6.7 Dever de probidade. 6.8 Dever de prestação de contas. 6.9 Abuso do poder.</p>	
<p>7 Controle da administração pública. 7.1 Conceito. 7.2 Classificação das formas de controle. 7.2.1 Conforme a origem. 7.2.2 Conforme o momento a ser exercido. 7.2.3 Conforme a amplitude. 7.3 Controle exercido pela administração pública. 7.4 Controle legislativo. 7.5 Controle judicial.</p>	
<p>8 Improbidade administrativa. 8.1 Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações. 8.2 Disposições doutrinárias aplicáveis</p>	
<p>9 Agentes públicos.</p>	
<p>10 Licitações. 10.1 Legislação pertinente. 10.1.1 Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações. 10.1.2 Decreto n.º 11.462/2023. 10.1.3 Fundamentos constitucionais. 10.2 Disposições doutrinárias. 10.2.1 Conceito. 10.2.2 Objeto e finalidade. 10.2.3 Destinatários. 10.2.4 Princípios. 10.2.5 Contratação direta. 10.2.5.1 Dispensa e inexigibilidade. 10.2.6 Modalidades. 10.2.7 Tipos. 10.2.8 Procedimento. 10.2.9 Anulação e revogação. 10.2.10 Sanções administrativas.</p>	
<p>11 Contratos administrativos. 11.1 Legislação pertinente. 11.1.1 Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações. 11.1.2 Lei n.º 11.107/2005 e Decreto n.º 6.017/2007 (consórcios públicos). 11.2 Disposições doutrinárias. 11.2.1 Conceito. 11.2.2 Características. 11.2.3 Vigência. 11.2.4 Alterações contratuais. 11.2.5 Execução, inexecução e rescisão. 11.2.6 Convênios e instrumentos congêneres.</p>	

12 Desapropriação. 12.1 Conceito, características, fundamentos, requisitos constitucionais, objeto, beneficiários, indenização e seu pagamento, desapropriação indireta e por zona.	
13 Jurisprudência pacificada dos tribunais superiores.	
14 Acesso à Informação. 14.1 Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). 14.2 Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e Resolução STJ n.º 5/2023 e alterações.	

DIREITO CONSTITUCIONAL	
CONTEÚDO	CONTROLE DE METAS
1 Constituição. 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações. 1.2 Supremacia da constituição. 1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.4 Interpretação das normas constitucionais. 1.4.1 Métodos, princípios e limites.	
2 Princípios fundamentais.	
3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 3.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 3.3 Direitos sociais. 3.4 Nacionalidade. 3.5 Direitos políticos. 3.6 Partidos políticos.	
4 Organização do Estado. 4.1 Organização político-administrativa. 4.2 Estado federal brasileiro. 4.3 União. 4.4 Estados federados. 4.5 Municípios. 4.6 Distrito Federal. 4.7 Territórios.	
5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais. 5.2 Servidores públicos.	
6 Organização dos poderes no Estado. 6.1 Mecanismos de freios e contrapesos. 6.2 Poder Legislativo. 6.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições. 6.2.2 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 6.2.3 Tribunal de Contas da União (TCU). 6.3 Poder Judiciário. 6.3.1 Disposições gerais. 6.3.2 Órgãos do Poder Judiciário. 6.3.2.1 Organização e competências. 6.3.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).	
7 Funções essenciais à Justiça. 7.1 Ministério Público. 7.2 Advocacia pública. 7.3 Defensoria Pública. 8 Defesa do Estado e das instituições democráticas.	
9 Sistema Tributário Nacional.	
10 Finanças públicas. 10.1 Normas gerais. 10.2 Orçamentos.	
11 Ordem econômica e financeira. 11.1 Princípios gerais da atividade econômica. 11.2 Sistema Financeiro Nacional.	
12 Poder constituinte. 12.1 Características. 12.2 Poder constituinte originário. 12.3 Poder constituinte derivado.	
13 Controle da constitucionalidade.	

14 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

DIREITO CIVIL	
CONTEÚDO	CONTROLE DE METAS
1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação da lei no tempo e no espaço, integração e interpretação.	
2 Pessoas naturais e jurídicas. 2.1 Personalidade, capacidade, direitos de personalidade.	
3 Domicílio.	
4 Bens. 4.1 Conceito e espécies.	
5 Fatos e atos jurídicos. 5.1 Negócios jurídicos, requisitos, defeitos dos negócios jurídicos, modalidades dos negócios jurídicos, forma e prova dos atos jurídicos, nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos, atos ilícitos, abuso de direito, prescrição e decadência, caso fortuito e força maior.	
6 Direitos reais. 6.1 Espécies.	
7 Direito de família. 7.1 Direito pessoal, casamento, relações de parentesco, direito patrimonial, regime de bens entre os cônjuges, usufruto e administração dos bens de filhos menores, alimentos, bem de família, união estável, tutela e curatela.	
8 Direito das sucessões. 8.1 Sucessão em geral, sucessão legítima, sucessão testamentária, inventário e partilha.	
9 Direito das obrigações. 9.1 Modalidades, transmissão, inadimplemento, adimplemento e extinção.	
10 Contratos. 10.1 Formação, teoria da imprevisão, evicção, vícios redibitórios, extinção e espécies.	
11 Responsabilidade civil, inclusive por danos causados ao ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.	
12 Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990).	
13 Guarda compartilhada de filhos (Lei n.º 11.698/2008).	

14 Lei n.º 6.015/1973 (Dispõe sobre registros públicos).	
15 Lei n.º 11.101/2005 (lei de recuperação judicial) e suas alterações.	
16 Lei n.º 9.279/1996 (lei dos direitos autorais) e suas alterações.	
17 Direito societário. 17.1 Teoria da desconsideração da personalidade jurídica.	
18 Desconsideração inversa.	
19 Operações societárias (transformação, incorporação, fusão e cisão).	
20 Grupos econômicos.	
21 Lei n.º 6.404/1976 (lei das sociedades anônimas) e suas alterações.	
22 Contratos bancários. 22.1 Depósito bancário, mútuo bancário, desconto bancário, abertura de crédito.	
23 Contrato de seguro.	
24 Jurisprudência pacificada dos tribunais superiores.	

DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
CONTEÚDO	CONTROLE DE METAS
1 Lei n.º 13.105/2015 (novo Código de Processo Civil). 2 Normas processuais civis. 3 Jurisdição. 4 Ação. 4.1 Conceito, natureza, elementos e características. 4.2 Condições da ação. 4.3 Classificação.	
5 Pressupostos processuais.	
6 Preclusão.	
7 Sujeitos do processo. 7.1 Capacidade processual e postulatória. 7.2 Deveres das partes e procuradores. 7.3 Despesas, honorários advocatícios e multas. 7.4 Procuradores. 7.5 Sucessão das partes e dos procuradores.	
8 Litisconsórcio.	
9 Intervenção de terceiros.	
10 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.	
11 Ministério Público.	
12 Advocacia pública.	
13 Defensoria Pública.	
14 Atos processuais. 14.1 Forma dos atos. 14.2 Tempo e lugar. 14.3 Prazos. 14.4 Comunicação dos atos processuais. 14.5 Nulidades. 14.6 Distribuição e registro. 14.7 Valor da causa.	
15 Tutela provisória.	
16 Formação, suspensão e extinção do processo.	
17 Processo de conhecimento e cumprimento de sentença. 17.1 Procedimento comum. 17.2 Disposições gerais. 17.3 Petição inicial. 17.4 Improcedência liminar do pedido. 17.5 Contestação, reconvenção e revelia. 17.6 Julgamento conforme o estado do processo. 17.7 Provas. 17.8 Sentença e coisa julgada.	
18 Processos de execução.	
19 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. 19.1 Disposições gerais. 19.2 Ordem dos	

processos. 19.3 Incidente de assunção de competência. 19.4 Incidente de arguição de inconstitucionalidade. 19.5 Conflito de competência. 19.6 Incidente de resolução de demandas repetitivas. 19.7 Reclamação.	
20 Recursos.	
21 Recursos para os tribunais superiores. 21.1 Recurso ordinário. 21.2 Recursos extraordinário e especial. 21.3 Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. 21.4 Agravo em recursos extraordinário e especial. 21.5 Embargos de divergência.	
22 Mandado de segurança.	
23 Ação civil pública.	
24 Jurisprudência pacificada dos tribunais superiores.	
25 Lei n.º 11.419/2006 (Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei n.º 5.869/73 - CPC; e dá outras providências).	

**DIREITO PENAL**

**CONTEÚDO**

**CONTROLE DE METAS**

1 Aplicação da lei penal. 1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade, a lei penal no tempo e no espaço, o fato típico e seus elementos, relação de causalidade, culpabilidade, superveniência de causa independente.	
2 Crime. 2.1 Consumado, tentado. 2.1.1 Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 2.1.2 Arrependimento posterior. 2.2 Crime impossível. 2.3 Crime doloso e culposo.	
3 Erro de tipo. 3.1 Erro de proibição, erro sobre a pessoa, coação irresistível e obediência hierárquica, causas excludentes de ilicitude.	
4 Imputabilidade penal. 4.1 Concurso de pessoas. 4.2 Concurso de crimes.	
5 Penas. 5.1 Espécies, cominação, aplicação, suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação e da reabilitação, medidas de segurança.	
6 Ação penal pública e privada. 6.1 Extinção da punibilidade. 6.2 Execução das penas em espécie. 6.2.1 Penas privativas de liberdade, penas alternativas (Lei n.º 9.714/1998), regimes, autorizações de saída, remição e incidentes de execução.	
7 Crimes contra a fé pública.	
8 Crimes contra a administração pública.	
9 Crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 13.869/2019).	
10 Crimes contra as finanças públicas (Lei n.º 10.028/2000).	
11 Crimes contra a pessoa.	
12 Crimes contra o patrimônio.	
13 Crimes contra a ordem tributária (Lei n.º 8.137/1990).	
14 Crimes hediondos (Lei n.º 8.072/1990).	
15 Crimes contra o meio ambiente (Lei n.º 9.605/1998 e suas alterações).	
16 Crimes de tortura (Lei n.º 9.455/1997).	
17 Crimes contra a administração da justiça.	
18 Crimes previstos na Lei n.º 11.343/2006.	
19 Lei n.º 11.340/2006.	

20 Lei n.º 12.850/2013. 21 Jurisprudência pacificada dos tribunais superiores.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**CONTEÚDO**

**CONTROLE DE METAS**

1 Princípios gerais. 1.1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço em relação às pessoas. 1.2 Sujeitos da relação processual. 1.3 Inquérito. 2 Ação penal. 2.1 Conceito, condições e pressupostos processuais. 2.2 Ação penal pública. 2.2.1 Titularidade e condições de procedibilidade. 2.3 Denúncia. 2.3.1 Forma e conteúdo. 2.4 Recebimento e rejeição. 2.5 Ação penal privada. 2.5.1 Titularidade, queixa, renúncia, perdão, perempção. 2.6 Ação civil.	
3 Jurisdição. 3.1 Competência. 3.1.1 Critérios de determinação e modificação. 3.2 Incompetência. 3.2.1 Efeitos. 3.3 Questões e processos incidentes.	
4 Provas. 4.1 Conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistema de apreciação.	
5 Juiz, Ministério Público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça.	
6 Prisão e liberdade provisória.	
7 Citações e intimações. 7.1 Forma, lugar e tempo	
8 Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da justiça e de terceiros.	
9 Prazos. 9.1 Características, princípios e contagem.	
10 Sentença. 10.1 Conceito, requisitos, classificação, publicação, intimação. 10.2 Sentença absolutória. 10.2.1 Providências e feitos. 10.3 Sentença condenatória. 10.3.1 Fundamento da pena e efeitos. 10.4 Coisa julgada.	
11 Nulidades e revisão criminal.	
12 Exceções.	
13 Habeas Corpus.	
14 Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.	
15 Processo e julgamento dos crimes contra a honra.	
16 Interceptação telefônica (Lei n.º 9.296/1996 e alterações).	
17 Procedimentos previstos na Lei n.º 11.343/2006.	
18 Ação penal originária dos tribunais (Lei n.º 8.038/1990 e alterações).	
19 Lei n.º 11.340/2006.	

20 Lei n.º 12.850/2013.

21 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

CONTEÚDO	CONTROLE DE METAS
1 Seguridade social. 1.1 Conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização e princípios.	
2 Custeio da seguridade social. 2.1 Receitas, contribuições sociais, salário-de- contribuição.	
3 Regime geral de previdência social. 3.1 Segurados e dependentes. 3.2 Filiação e inscrição. 3.3 Carência. 3.4 Espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas. 3.5 Salário-de-benefício. 3.6 Renda mensal inicial. 3.7 Reajustamento e revisão. 3.8 Prescrição e decadência. 3.9 Acumulação de benefícios. 3.10 Justificação. 3.11 Ações judiciais em matéria previdenciária. 3.12 Acidente de trabalho.	
4 Regime próprio de previdência dos servidores públicos.	
5 Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira.	
6 Previdência complementar. 6.1 Lei Complementar n.º 109/2001.	
7 Lei n.º 12618/2012 (Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; autoriza a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud).	
8 Jurisprudência pacificada dos tribunais superiores.	

DIREITO TRIBUTÁRIO	
CONTEÚDO	CONTROLE DE METAS
1 Poder de tributar e competência tributária. 1.1 Sistema Tributário Nacional. 1.2 Princípios constitucionais tributários.	
2 Norma tributária. 2.1 Classificação dos impostos.	
3 Obrigação tributária. 3.1 Espécies, fato gerador, sujeito ativo e passivo, solidariedade, responsabilidade, imunidade e isenção.	
4 Crédito tributário. 4.1 Constituição, suspensão da exigibilidade e extinção. 4.2 Garantias e privilégios, substituição tributária.	
5 Pagamento e repetição do indébito tributário. 5.1 Decadência e prescrição do crédito tributário. 5.2 Consignação em pagamento.	
6 Tributos e suas espécies.	
7 Tributos federais, estaduais e municipais (noções fundamentais).	
8 Lei n.º 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal).	
9 Lei n.º 5.172/1976 (Código Tributário Nacional).	
10 Jurisprudência pacificada dos tribunais superiores	